



PARECER DA PROCURADORIA JURÍDICA

Trata-se de parecer jurídico suscitado pelo Presidente dessa Casa de Leis, para a contratação de empresa visando o fornecimento contínuo de água mineral atendendo as necessidades da Câmara Municipal de Santa Helena.

Destaca-se que processo administrativo nº 10/2024 se consolida via dispensa de licitação nº 06/2024, de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 por se tratar de valores inferiores R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), valor atualizado pelo Decreto nº 1.871/2023.

DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - DISPONIBILIDADE E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

No que concerne a fase instrutória do processo de licitação em destaque, na denominada fase preparatória, se comprova a possibilidade de contratação via dispensa de licitação contratação de empresa visando o fornecimento contínuo de água mineral atendendo as necessidades da Câmara Municipal de Santa Helena, tendo em vista estar contido no plano de contratações anual-PCA-2024.

Observa-se que na fase do PCA realizou-se o planejamento prévio, levando em consideração as necessidades e demandas para o próximo ano, pois se comprova via publicação do Plano de Contratações Anual 2024 no Diário Oficial Eletrônico do Município de Santa Helena bem como sua alteração.

Nesse sentido foi considerado a prelácia da Lei nº 14.133/2021 ao cumprir de forma categorial o plano de gerenciamento das contratações (PGC) descrevendo detalhadamente todas as etapas do processo de contratação ao longo do ano de 2024, com estratégias, metodologias, processos e ferramentas amplamente utilizadas nas fases do processo em andamento.

No que concerne a disponibilidade e adequação orçamentária e financeira, o setor contábil declarou a existência de previsão orçamentária de previsão de recursos orçamentários, para assegurar o pagamento das despesas relacionadas ao objeto indicado acima, consoante da disponibilidade de dotação orçamentária para a tal finalidade.

Declara ainda, que a hodierna despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/00, precipuamente os contidos nos artigos 16 e 17, cuja a despesa não ultrapassa os limites estabelecidos para o exercício de 2024.



DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

No que tange ao documento de formalização de demanda, denota-se que foi preenchido de forma correta, com extrema eficiência as diretrizes necessárias para a formação de demanda nas contratações públicas, posto que observou-se as disposições da nova Lei de Licitações e contratos administrativos, descrevendo o Requirante/Demandante; o nome completo do órgão ou entidade demandante; contato do responsável pela demanda (nome, e-mail, telefone); descrição do objeto; justificativa, quantidade de serviço; estimativa total de preços referenciais; previsão data em que deve ser iniciada o fornecimento objeto; indicação da equipe de planejamento e responsáveis pela fiscalização, em atendimento ao princípio da segregação de funções; assinatura do responsável pela formalização da demanda e conteúdo do documento; e assinatura do Presidente de Câmara Municipal com a autorização e ratificação.

DA PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

Na fase de pesquisa de preços de mercado o responsável realizou as pesquisas conforme o preconizado no artigo 23, da Lei nº 14.133/2021, buscando referências no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNPC; consultas a contratações similares de outros órgãos públicos; consulta a mídia especializada, tabela de referência, sítios eletrônicos; e pesquisa direta com fornecedores;

Os valores estimados que sedimentam a aquisição/contratação que foram extraídos da pesquisa de preços de mercado, com a metodologia de cálculo da mediana para a formação do valor de referência posto que representa aproximadamente, o valor de mercado da análise dos preços coletados.

No que tange preço estimado de referência (estimado) foi utilizado o cálculo da mediana dos itens cotados:

Item	CATMAT /CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Especificação da descrição	Valor Unitário Estimado R\$	Valor Total Estimado R\$
1	445484	100	Cx	Água mineral sem gás, copo contendo 200 ml, característica físico-química de pH de no mínimo 9,0. Validade impressas no rótulo ou embalagem do produto. Cada caixa contendo 48 unidades.	R\$ 36,00	R\$ 3.600,00
2	445484	600	Fardo	Água mineral sem gás, garrafa contendo mínimo 500 ml, característica físico-química de pH de no mínimo 9,0. Validade impressas no rótulo ou embalagem do produto.	R\$ 13,00	R\$ 7.800,00



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

				Garrafa PET descartável. Cada fardo contendo 12 unidades.		
3	445479	600	Fardo	Água mineral com gás, garrafa contendo mínimo 500 ml, característica físico-química de pH de no mínimo 9,0. Validade impressas no rótulo ou embalagem do produto. Garrafa PET descartável. Cada fardo contendo 12 unidades.	R\$ 16,35	R\$ 9.810,00
4	445495	30	Galão	Recarga de água mineral sem gás, acondicionada em garrafão retornável de polycarbonato transparente de 20 litros, com invólucro, lacre de segurança, selo fiscal, data de validade do vasilhame e do produto, devidamente aprovado impressas no rótulo ou embalagem do produto.	R\$ 12,99	R\$ 389,70
Valor total estimado da contratação						R\$ 21.599,70

DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR –ETP

O estudo técnico preliminar é uma etapa crucial no processo de licitação, pois visa analisar e detalhar as especificações técnicas do objeto a ser licitado.

Compulsando o processo verifica-se foram observados na elaboração do estudo técnico preliminar, as informações básicas do objeto com sua descrição detalhada. A descrição foi apresentada de forma clara, precisa e abrangente, contemplando todos os requisitos técnicos e funcionais que o objeto deve atender.

Foi descrito as necessidades e expectativas da Câmara Municipal, com motivação como se observa a literalidade do texto do ETP:

O consumo de água é necessidade básica e vital e considerando o consumo pelo público interno e externo, faz-se necessário manter o abastecimento de água constante e sem interrupções.

A proposta de contratação visa assegurar a continuidade do fornecimento essencial de água mineral nas dependências deste Poder Legislativo, atendendo aos servidores, colaboradores, terceirizados e visitantes durante o horário de expediente e demais horários no período noturno a exemplo das sessões ordinárias que acontecem durante as segundas-feiras no horário das dezenove horas.

Justifica-se o fornecimento contínuo do bem, pois a água mineral é essencial para manter a saúde e o bem-estar dos funcionários, vereadores e colaboradores, garantindo um ambiente de trabalho saudável e produtivo. Ao fornecer água mineral de forma contínua, estamos assegurando a eficiência no ambiente de trabalho, evitando interrupções desnecessárias



devido à falta de água potável. A água é fundamental para o bom funcionamento do organismo, para o transporte de nutrientes, para a regulação da temperatura corporal, entre outras funções. A água representa cerca de 70% do corpo humano, por isso a hidratação é essencial.

O fornecimento contínuo de água mineral está em conformidade com a legislação vigente e é uma medida economicamente viável, pois evita gastos adicionais com possíveis tratamentos de água ou substituições de equipamentos danificados devido à qualidade inadequada da água. Garantir água mineral de qualidade para os colaboradores, vereadores, público em geral é uma medida ética e moralmente justificável, demonstrando preocupação com a saúde e o bem-estar de todos.

Vale registrar que a região Oeste do Paraná, é uma das regiões onde faz calor acima da média, destaca-se que o município de Santa Helena está entre as cidades mais quentes, atinge temperaturas elevadas, registrando 46°C no verão, aumentando desta forma, o consumo e a necessidade de reposição natural de líquidos pelo corpo.

Outro aspecto analisado no presente processo é o levantamento de mercado e a análise de alternativas cuja a contratação mostra-se como uma solução pertinente e inclusive adotada por outros órgãos/entidades, conforme levantamento realizado através da pesquisa de preços de mercado, sendo indicado a contratação por meio de dispensa de licitação, consubstanciada no inciso II, art. 75 da Lei 14.133 de 2021, em função do valor, e por se tratar de bens e serviço comuns.

DO TERMO DE REFERÊNCIA E DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

No que tange ao termo de referência denota-se a descrição detalhada do objeto a ser realizado via dispensa eletrônica, incluindo suas especificações técnicas, quantidade, prazo de entrega, local de entrega, dentre outros detalhes relevantes.

De outra banda, no que concerne ao aviso de contratação direta está presente no processo a forma de dispensa de licitação como uma exceção para contratações de baixo valor, até o limite pelo artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21.

No que tange a habilitação o processo em destaque estabelece as condições de habilitação para a participação no certame, com critérios objetivos que devem ser observados pelos licitantes e discorre sobre a documentação necessária para participar do processo de dispensa eletrônica de menor valor, entre as quais a habilitação jurídica e de regularidade fiscal, o atestado de capacidade técnica e o cadastro junto ao Ministério do Turismo.



CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se, que estão presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, opina e pela possibilidade da dispensa de licitação eletrônica de acordo com o artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21 e 77 do Decreto Municipal nº 97/2023, pois reveste-se de regularidade o processo adotado até o presente momento, estando cumpridos todos os requisitos exigidos legalmente, recomendando-se a continuidade da presente dispensa de licitação eletrônica para a contratação de empresa visando o fornecimento contínuo de água mineral atendendo as necessidades da Câmara Municipal de Santa Helena.

Santa Helena, 22 de abril de 2024.

MOISÉS LEVI GIOVANELLA
PROCURADOR JURÍDICO
OAB-PR Nº 35802